

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE TAXI

Local: Barão de Itapetininga, 18 - Térreo

Data: 08/03/2017

Hora: 18h30-20h

Participantes:

PODER PÚBLICO
Sérgio Avelleda - SMT
Irineu Gnecco Filho – SMT
João Manoel S. Barros – SMT
Alberto Pereira – DTP
Robson Santos – SPTrans

MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA DE TAXIS
Natalício Bezerra
Giovani Romano
Wagner Caetano
Ricardo Auriema
Fabio Eduarno Boni
Luiz Maranhão
Antônio Matias (Ceará)
Ismael Nogueira
Nilson Rogério de Carvalho
Adauto Aparecido Guadaim
Hermes José Lordello

OBSERVADORES
Eder Luz – Use Taxi
Fabiano Martins – Taxi Preto
Paulo Bastos - Sintetaxi
Carlos Lourenço - Sintetaxi
Juliano Macedo - Sintetaxi
Luiz Henrique Gutierrez – Assessor do Vereador Adilson Amadeu
Sydney Viana - Assessor do Vereador Adilson Amadeu
Alberto Bueno – 99 Taxi – Representante dos aplicativos
José Romero da Cruz – Ponto 763
Gilvan Francisco Silveira – Ponto 763
Fabio Godoy - ARTASP

FALA 1

Interlocutor: João Manoel

Iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, se apresentando como Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Solicitou que todos os presentes fizessem uma breve apresentação.

FALA 2

Interlocutor: Giovani Romero

Informou que na instalação da Câmara Temática de Táxi foram definidas, em consenso com todos os participantes, dez pautas prioritárias para serem debatidas pelo grupo. Apenas três foram discutidas. Pediu para que a CT retome o assunto e finalize a discussão das pautas. Abaixo a transcrição dos 10 objetivos do Regimento Interno da CT Táxi:

Art.2º Constituem-se objetivos específicos da Câmara Temática do Serviço de Táxi:

- I. Propor políticas públicas que visem, periodicamente, a capacitação e a melhor qualificação profissional dos condutores do sistema de táxi do município de São Paulo.
- II. Propor medidas e parâmetros para tornar mais eficiente a fiscalização dos veículos regulares bem como, a atividade de veículos não regulamentados.
- III. Formular políticas que visem estabelecer critérios para a permanente modernização e renovação da frota bem como, sua padronização.
- IV. Estabelecer propostas para a expansão para todas as regiões da cidade do serviço de táxi, e a ampliação do atendimento à pessoa com deficiência física.
- V. Propor dispositivos que possibilitem os usuários a fazer sugestões e avaliar o serviço prestado.
- VI. Estabelecer discussões permanentes acerca da incorporação de novas tecnologias que possibilitem a melhoria do serviço de táxi no município.
- VII. Discutir e atualizar as regras de circulação geral no município e, em particular, o uso dos corredores e faixas exclusivas.
- VIII. Servir de espaço para a discussão de políticas tarifárias.
- IX. Contribuir com propostas que visem a desburocratização da relação do poder público com o serviço de táxi na cidade de São Paulo.
- X. Discutir e propor critérios para o melhor dimensionamento da frota de táxi no município, como também para a eventual necessidade de atualização das categorias existentes no serviço de táxi.

FALA 3

Interlocutor: Antonio Matias (Ceará)

Informou que em conversa com o Secretário Avelleda, o tema escolhida para esta reunião é Táxi Preto.

FALA 4

Interlocutor: Giovani Romero

Informa que foram mais de três meses discutindo a questão do Táxi Preto em reuniões com a gestão anterior para chegarem a um consenso - técnicos da SMT, DTP e membros da CT. A proposta foi encaminhada ao ex Prefeito Haddad. A SPNegócios fez outro estudo, sem ouvir os participantes da CT e SMT. O Prefeito Haddad escolheu a proposta da SPNegócios, desenvolvida, segundo ele, com a parceria das empresas de aplicativos, que resultou no

Decreto do Táxi Preto. Considera que não tem sentido manter o Decreto como está hoje. Motoristas em estado de pré-falênica. Fim da cobrança de outorga. Segundo ele a escolha da proposta da SPNegócios visava o interesse particular em detrimento ao interesse do usuário e do trabalhador do setor.

FALA 5

Interlocutor: Eder Luz

Considera que hoje eles vieram mais para ouvir do que falar. Tem acompanhado os pronunciamentos do Secretário Avelleda e do Prefeito Dória e sente que eles estão sensíveis a difícil situação dos taxistas na cidade.

FALA 6

Interlocutor: Wagner Caetano

A questão do Táxi Preto é importante mas diz respeito a uma parcela pequena da categoria – cerca de 3.000 motoristas. Há demandas mais importantes que envolve toda a categoria, como a liminar que proíbe o poder público municipal de fiscalizar os veículos particulares que utilizam aplicativos. Sugere que SMT junto com Secretário de Justiça unam esforços para derrubar esta liminar. Considera incoerente o taxista ser parado pelo fiscal da SPTrans/DTP e o motorista da UBER não. O Aeroporto de Congonhas virou um caos após o UBER. Filas triplas em local onde taxista nem pode acessar. Citou omissão da CET na fiscalização do local. Apoiar a iniciativa da PMSP de “Guardião da Cidade”. Considera uma concorrência predatória os preços praticados pelo UBER e demais aplicativos. Oferecer uma tarifa 30% menor é acabar com o serviço de táxi – o serviço será sucateado. Portaria 111/15 que credencia os aplicativos está muito flexibilizada, precisa ser revista – item que versa sobre descontos. Sobre isenção de taxas, afirma que nunca criaram pauta solicitando isso. O que está incomodando é a taxa de transferência, que abrange todas as categorias: 15% sobre o valor da outorga, cerca de 9.800 reais. Recado para Dória: Pare de falar na imprensa “uberistas”, pois considera propaganda para o Uber, já que existem outras empresas que competem com o Uber. Considera que motoristas de veículos privados também devem ter responsabilidade sobre os serviços prestados, como acontece com os taxistas. Hoje eles não podem ser punidos como os taxistas. Disse que o prefeito anunciou que quer harmonizar os serviços. O que isso significa? Como estabelecer uma concorrência leal?

FALA 7

Interlocutor: Fábio Godoy

Godoy informa que tiveram reunião com o prefeito e a intenção é resolver o problema do Táxi Preto da melhor forma. A definição depende de questões jurídicas. Foi entregue um documento ao prefeito com sugestões. Não há como concordar que 40 mil taxistas tenham perdido 60 % de sua renda mensal, afinal é um serviço de interesse público. Citou a dificuldade dos taxistas renovarem a frota. Necessário a limitação de número de carros utilizados por particulares no transporte de passageiros. Sugere limite de até 20% do número de alvarás de táxis vigentes na cidade. O CTB exige que os veículos de transporte de passageiros devem ter placas vermelhas – é preciso cumprir a lei. Inserir na regulamentação. Os condutores deveriam ser autorizados pelo poder público e não como funciona hoje, que a própria operadora emite um documento equivalente ao ConduTáxi. Identificação nos veículos para que a fiscalização possa checar e por segurança dos usuários. Citou também o caos no Aeroporto de Congonhas. Na regulamentação, colocar exigência de que o carro esteja no nome do condutor e seja licenciado no município de São Paulo. O Transporte Privado Individual deve ser acessível somente via aplicativo para não concorrer com o Transporte Público Individual – táxis. Aferição do controle INMETRO/IPREM. Aplicativos oferecendo 40% de desconto para empresas deveria ser tratado na regulamentação – limitação de descontos. Dumping – os preços praticados pelos aplicativos, por exemplo, no aniversário de SP era de R\$ 4,63 por corrida. Como os taxistas podem competir com isso?

Poder público deve atuar de maneira regulatória para garantir que os competidores tenham igualdade de condições para atuar no mercado.

FALA 8

Interlocutor: Sérgio Avelleda

Considera que há um consenso que não vai dar para acabar com a utilização dos aplicativos mas eles não podem ter privilégios que o taxi não tem e o taxi ter obrigações que os aplicativos não possuem. Visitou o DTP e disse que o atendimento, em breve, será padrão Poupatempo – serviço público de qualidade. Assunto Táxi Preto é emergencial. A outorga é um valor impagável – grande equívoco. Só teria sentido o pagamento se o mercado fosse exclusivo. Além de não ser, soma-se a isso a grave crise econômica. Das 5 mil pessoas, 3.800 estão inadimplentes – não é necessário discutir o mérito. Não é possível cancelar a dívida, pois SMT pode responder por improbidade administrativa. Proposta em estudo no jurídico da Secretaria da Fazenda: uma portaria imediata que suspenda a exigibilidade da dívida por 60 dias – dessa forma ninguém ficará inadimplente nesse período e poderá renovar o alvará. Enquanto isso, será montado um grupo de trabalho para reavaliar a questão da dívida – a intenção é construir uma solução em conjunto. Se não houver, juridicamente, como anular a dívida, dividir em 10 anos. A taxa de transferência também será revista. Se colocou à disposição para ajudar na negociação com os bancos que financiaram os veículos e estão retomando os bens de quem não consegue pagar. Sobre a regulação dos OCTT – Cabify, UBER, EasyTaxi e 99; Aplicar o que está no decreto. Hoje a regulação está na SPNegócios, mas secretário já solicitou que fique a cargo da SMT. Convivência harmônica que garanta o equilíbrio no mercado. As regras devem levar em consideração a peculiaridade de cada serviço, com flexibilidade e rigidez para os dois lados. Considera que a regulação atual, com o pagamento de taxa cobrada por km parece ser capaz de evitar o domínio do mercado.

FALA 9

Interlocutor: Wagner Caetano

Cobrou a fiscalização do UBER pela prefeitura. Reclamou da situação do Aeroporto de Congonhas.

FALA 10

Interlocutor: Giovani Romero

Sobre o aeroporto, disse que a liminar não proíbe a PMSP de exercer seu poder de órgão fiscalizador do trânsito. Filas triplas de veículos particulares e a CET não multa. No local, a fiscalização só é efetiva para táxis, que tem restrição de circulação em algumas áreas.

FALA 11

Interlocutor: Antonio Matias (Ceará)

Relata que este problema não é só do Aeroporto de Congonhas, acontece no entorno dos locais de grandes eventos, como o Anhembi. Pede que o DTP e a CET falem a mesma linguagem. Informou que o banco que mais financiou os taxistas foi o Banco do Brasil pelo Condefati. Considera que a transferência de alvarás de pai para filho/marido para esposa não deveria ser cobrado. Para terceiros sim. No caso do profissional não ter mais interesse em trabalhar com taxi, deveria devolver o alvará no DTP. Sobre o Táxi Preto, acha que quem foi sorteado não pode locar sua autorização para terceiros enquanto não terminar de pagar a dívida com a PMSP.

FALA 12

Interlocutor: Sérgio Avelleda

Entrará em contato com o banco para solicitar que eles flexibilizem as regras para garantir que todos consigam honrar os pagamentos.

FALA 13

Interlocutor: Alberto Bueno

Concorda que a situação está insustentável. Tem muito Táxi Preto vinculado à 99.

FALA 14

Interlocutor: Fábio Boni

Tem uma empresa de táxi branco, frota de 100 carros. Afirmou que a categoria toda está sofrendo, não só o Taxi Preto. A queda na receita se deve a quantidade de carros privados no mercado. A frota está sendo sucateada.

FALA 15

Interlocutor: Giovanni Romero

Afirmou que a taxa de outorga tem que acabar. Táxi é totalmente regulado, com idade máxima de frota de 10 anos. A idade média dos veículos é de 3 anos. A cidade está substituindo profissionais treinados e capacitados por aplicativos. É urgente e necessário salvar o serviço de táxi na cidade.

FALA 16

Interlocutor: Natalício Bezerra

Ponderou que as empresas estrangeiras vem aqui e prestam serviços sem precisar de nenhuma regulamentação, exigências só para os taxistas. Não concorda em devolver alvará para a PMSP quando quiser parar ou falecer. Deve ficar com a família, sem taxas.

FALA 17

Interlocutor: Alberto Bueno

Sugeriu que a tarifa do táxi possa ser elevada em determinadas situações – saída de jogos, grandes eventos, shows, eventos de negócios, etc. ajudaria a recompor a renda do taxista e evitaria preços combinados abusivos. Quer que esta pauta seja debatida na Câmara Temática.

FALA 18

Interlocutor: Nilson Carvalho

Explicou que a criação do Táxi Preto se deu por conta da introdução no mercado do Uber Black. Na proposta inicial, debatida na CT, seriam 1.000 veículos, o nome do serviço seria Taxi Executivo Luxo. Não haveria pagamento de outorga e os interessados migrariam do táxi branco, abrindo mais duas mil vagas para o táxi comum. Havia combinado o tipo do carro, do serviço, segundo idioma do condutor, etc. Tudo mudou sem o consenso dos membros da Câmara Temática. Considera necessário a criação de pontos para Taxi preto – já levantaram sugestões de pontos. Taxista comprou carro de 70 mil e outro de 15 mil oferece o mesmo serviço.

FALA 19

Interlocutor: Eder Luz

Falou sobre as fraudes nos aplicativos – taxistas inescrupulosos instalam programa no smartphone com o intuito de aumentar a quilometragem das corridas, cobrando valor maior dos usuários. Afirma que taxímetro virtual é uma enganação. No aplicativo EasyTaxi o motorista consegue digitar o valor que quer cobrar do passageiro. Sugeriu que todos deveria utilizar o taxímetro. Ou libera todos do uso.

FALA 20

Interlocutor: Alberto Bueno

Garantiu que a 99 Táxi tem uma área de compliance dedicada a investigar fraudes no mercado. Há uma série de procedimentos para verificar as reclamações recebidas dos clientes.

FALA 21

Interlocutor: Sydnei Viana

Considerou louvável trazer para a Secretaria de Mobilidade e Transportes todos os assuntos relativos a Táxi. Citou que há pessoas locando carros por mil reais a diária e sublocando por dois mil para terceiros utilizarem com o aplicativo.

FALA 22

Interlocutor: Antônio Matias (Ceará)

Pediu o cadastramento de todos os profissionais, taxistas e de aplicativos e alinhar as regras – valendo para todos. Reclamou bastante dos aplicativos.

FALA 23

Interlocutor: Sérgio Avelleda

Urgência Táxi Preto: problema com o alvará vencendo, posicionamento dele no mercado, etc. Tema merece ação mais concentrada. Sugeriu a criação de um grupo menor para discutir as questões do Táxi Preto, com reuniões semanais, que serão marcados após a assinatura da portaria intersecretarial, para começarem a redigir uma proposta de minuta, com a participação do Irineu e do João Manoel. Intenção é conseguir redigir uma proposta em até dois meses. Membros sugeriram o grupo Executivo da CT, com 7 pessoas. Todos concordaram. Audiências Públicas – informou que todos serão convidados para audiência que discutirá a modernização do DTP. Pediu para que os participantes levem sugestões do que deverá ser melhorado. A firmou que a administração não tem a intenção de extinguir nada, mas considera necessário a criação de regras específicas para o que é específico e regras gerais para o restante.

Sendo só para o momento, a reunião foi encerrada.

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017.